

ENTREVISTA LEONARDO SCHARTH E CLAUDIO STENNER SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO IBGE NO GGIM ONU¹

14/03/2024

Claudio Stenner – ex-diretor de Geociências do IBGE (2020-2024), compõe o gabinete da atual diretoria como gerente para relações interinstitucionais. É formado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ocupa, em nome do IBGE, desde dezembro de 2022, a presidência do Grupo de Especialistas em Integração de Informações Estatísticas e Geoespaciais. A presidência do grupo é partilhada com a Irlanda. Essa gestão se estenderá até 2025.

Leonardo Scharth – substituto da Coordenação de Cartografia da Diretoria de Geociências do IBGE. Graduado em Engenharia Cartográfica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado em Engenharia da Computação/Geomática pela mesma instituição e doutor em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atual vice-presidente (desde 2023), representando o IBGE que, por sua vez, representa o Brasil, no Comitê Regional do GGIM Américas.

Quais são as atribuições/tarefas do GGIM e qual é a importância desse órgão da ONU, tendo em vista a missão institucional do IBGE?

Claudio Stenner: Quero propor uma visão geral dessa estrutura da ONU, porque isso facilita a compreensão da importância da participação do IBGE nessa instância.

As Nações Unidas têm alguns Comitês e Comissões que fazem assessoramento à ECOSOC (sigla para Economic and Social Affairs), que é uma das instâncias máximas das Nações Unidas. A ECOSOC está no mesmo nível de importância e gestão que o Conselho de Segurança da ONU. O GGIM é um órgão de assessoramento à ECOSOC sobre o tema da informação geoespacial no mundo. Na ECOSOC, todos os países membros da ONU votam aprovando ou rejeitando as

¹ GGIM é a sigla para Global Geoespacial Information Management. Trata-se de um Comitê de especialistas.

resoluções propostas. Portanto, temos o GGIM, para questões e resoluções da informação geoespacial, assim com a Comissão de Estatísticas para questões e resoluções nessa área. O Leonardo pode complementar explicando a questão da estrutura regional do GGIM.

Leonardo Scharth: É importante destacar que fazemos parte de um órgão que integra informação Estatística e Geoespacial. Tanto a Comissão de Estatística quanto o GGIM estão ancorados na Divisão de Estatística da ONU, que é comprometida com o avanço do sistema estatístico global, através de informações globais e desenvolvimento de padrões e normas para as atividades estatísticas de todo o mundo, e apoiar os esforços dos países para fortalecer os seus sistemas estatísticos. O GGIM tem um Comitê de especialistas global que tem como atribuição a tomada de decisões conjuntas, definição de direções em relação à produção, disponibilidade e uso de informações geoespaciais nas estruturas nacionais, nas políticas nacionais, regionais e globais. Então, como foi dito pelo Claudio Stenner, o GGIM tem essa estrutura global, mas está dividido em cinco Comitês regionais. São eles: Comitê das Américas – do Sul, do Norte, Central e Caribe; da Europa; da África; da Ásia e Pacífico; e Estados Árabes. Na nossa estrutura do Comitê Regional das Américas temos a participação de trinta e seis Estados membros e o Comitê é presidido pelo Chile, com o Brasil na vice-presidência. O Comitê tem grupos de trabalho que conduzem as atividades do Comitê.

Claudio Stenner: Penso que seria importante apresentarmos um pouco a estrutura dos grupos de trabalho do GGIM global, e posteriormente fazermos a ponte com os grupos de trabalho regionais. O GGIM global tem uma estrutura global que atualmente é presidida pela Costa do Marfim, México e Bélgica – me parece que é a primeira vez que a presidência é compartilhada por três países. Costumava ser por dois. O trabalho técnico substantivo é feito pelos grupos de especialistas, ou grupos de trabalho ou grupos de alto nível. Há vários tipos de grupos. A diferença é que os grupos de especialistas – como é o caso do grupo de especialistas em Integração de Informações Estatísticas e Geoespaciais, que o IBGE preside atualmente, em parceria com a Irlanda, e é um dos grupos de especialistas do GGIM global – podem propor resoluções a serem votadas na ECOSOC. Os grupos de trabalho não têm essa prerrogativa. Há algumas diferenças nesses grupos dentro do sistema ONU, mas o importante é que todos esses grupos prestam assessoria técnica à atuação do GGIM e da ECOSOC. São produzidos guias, frameworks globais – como o GSGF (Marco Global de Integração de Informação Geoespacial e Estatística), como o IGIF (Marco Integrado de Produção

de Informação Geoespacial), existe um marco também ligado à administração e gerenciamento de terras, existe um marco para a produção de normas ligadas à Geodésia, existe um grupo de trabalho ligado a desastres ambientais, um de informação geoespacial marinha, outro para a implementação de padrões geoespaciais. Enfim, através da estrutura desses grupos essas normas e padrões são desenvolvidos e disponibilizados para a comunidade internacional.

Leonardo Scharth: Complementando, penso que o objetivo principal é abordar os desafios globais relacionados ao uso das informações geoespaciais. Até porque nós temos diferentes níveis de desenvolvimento dos países, não só desenvolvimento econômico, mas do desenvolvimento do uso dessa informação. Há países em que os dados são abertos e países em que os dados definitivamente não serão abertos nunca, são vários desafios. Mas, de uma forma geral, quando conseguimos levar a uma comunidade as normas e padrões, estamos incentivando que se busque esse tipo de abertura de dado, esse tipo de disseminação no uso, ou seja, isso faz parte de buscarmos um senso comum também em nível global, de como utilizar essa informação para os mais diversos fins, inclusive para os fins estatísticos. No Comitê Regional das Américas nós temos quatro grupos de trabalho: o primeiro é o grupo de trabalho do IGIF (Marco Integrado de Informação Geoespacial) – é importante destacar que vamos ouvir falar muito desse grupo de agora em diante, porque a segunda etapa dos Diálogos (processo de discussões internas no IBGE), que vamos levar a cabo em maio de 2024, está estruturado a partir do IGIF, com nove caminhos estratégicos ancorados em três eixos – governança, tecnologia e pessoas. Ontem, tivemos reunião dos Diálogos 2 e ele está exatamente com essa estrutura – 9 grupos englobando temas referentes a governança, tecnologia e pessoas. Teremos representantes de todas as diretorias do IBGE nesses grupos e vamos ouvir falar muito do IGIF. Ele tem um longo percurso na produção de uma série de documentos, com orientações e um plano de ação para os países, para que possam aplicar as orientações. O IBGE está discutindo como fazer isso. O segundo grupo de trabalho do Comitê Regional das Américas trata da Integração das Informações Estatísticas e Geoespaciais. Ele é um grupo de trabalho que diz respeito ao Comitê de especialistas no qual o Claudio participa. Tivemos a oportunidade de ver como o Brasil utilizou muito as orientações desse grupo no Censo 2022, com resultados muito bons na integração, proporcionando resultados antes, durante e depois da operação de coleta do Censo 2022. O terceiro grupo de trabalho é o Marco de Referência Geodésica para as Américas. Isso é extremamente importante porque permite que todas as informações geodésicas de posicionamento, e as mudanças físicas na estrutura da Terra, sejam feitas de uma

forma padronizada, em todo o mundo e nas Américas. Antes da existência de GPS, que hoje em dia chamamos GNSS², cada país era isolado. Com isso, as medições de nível do mar, deslocamento do eixo da Terra, era muito difícil de fazer de forma coligada. Hoje em dia isso é tratado a partir de um referencial único. E o Brasil tem uma atuação muito importante nesse grupo de trabalho, porque ele compartilha a liderança desse grupo, sendo um dos países mais atuantes no SIRGAS – que é o Sistema de Referência Geodésica das Américas, onde exerce a vice-presidência. O quarto e último grupo é o do Marco Estratégico das Informações e Serviços Geoespaciais para Desastres. O Brasil é bastante acometido por diversos desastres naturais, nossos vizinhos também, especialmente na questão dos sismos e incêndios, que têm acontecido muito. Por isso é muito importante nossa participação e o Brasil também exerce liderança compartilhada nesse grupo, através do nosso colega da Coordenação de Meio Ambiente – Therence Paoliello de Sarti. É um grupo de trabalho em que o Brasil tende a atuar bastante.

O SIRGAS não está vinculado ao GGIM, certo?

Claudio Stenner: Ele foi desenvolvido a partir da nossa participação do GGIM. Ele é um resultado dessa participação. Mas existe de forma autônoma em relação a essa estrutura.

Ele é um resultado prático de nossa participação nesses fóruns.

Quero apenas destacar que ocupamos várias posições no âmbito do GGIM. Atualmente, ocupamos a vice-presidência do GGIM Américas, dividimos a liderança do Grupo de Trabalho de Referência Geodésica, assim como do Grupo de Trabalho de Desastres.

Qual o papel do Grupo de Especialistas em Integração de Informações Estatísticas e Geoespaciais, que presidimos atualmente?

Claudio Stenner: Esse grupo tem um papel fundamental e bastante peculiar dentro do sistema da ONU – no que se refere aos dois grandes grupos – O GGIM e a Comissão de Estatísticas. Porque esse grupo tem como atribuições, que são definidas e aprovadas pelo GGIM e pela Comissão de Estatísticas, coordenar todas as atividades relacionadas à integração de informações estatísticas e geoespaciais no âmbito do GGIM e no âmbito da Comissão de Estatística. Portanto, ele é

² GPS – Constelação de satélites de posicionamento, pertencente aos EUA. GNSS – Global Navigation Satellite Systems – engloba todos os sistemas de navegação por satélite – além dos EUA, os da China, Rússia e Comunidade Europeia.

transversal, ele se reporta aos dois comitês. Ele é o único grupo que tem essa característica de se reportar aos dois comitês. É um grupo que trabalha muito na articulação com outros grupos. Tanto no GGIM e principalmente na Comissão de Estatística. É por isso que eu fui à Comissão de Estatística como um dos representantes do Brasil. Atualmente estamos trabalhando em cooperação com o grupo da Comissão de Estatística que cuida dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, com o grupo que cuida de Ciência de Dados e Bigdata, com o grupo que cuida de Censos de População e Domicílios, com o grupo que cuida de Estatísticas de Negócios e Comércio, com o grupo que cuida de Estatísticas Demográficas. Vamos começar a trabalhar esse ano com o grupo que cuida de Estatísticas Rurais e Agrícolas, Estatísticas Sociais, Estatísticas de Saúde e Estatísticas de Gênero. O que significa trabalhar com esses grupos? Significa produzir algum documento em cooperação com esses grupos, para orientar o processo de integração de informação estatística e geoespacial nos diversos domínios da estatística. Portanto, trata-se de uma atuação de articulação e bastante transversal. Esse grupo de especialistas tem três times de trabalho de especialistas que cuidam de três objetivos fundamentais. Um deles é a atualização do próprio Marco Global – GSGF, é o principal marco desse grupo de especialistas e que é liderado hoje pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. Temos outra equipe de trabalho que cuida de capacitação e que ajudou a organizar um Seminário realizado em 2023 na Tailândia, em que estiveram presentes representantes de vinte países, da Ásia e da África, onde se promoveu uma capacitação sobre GSGF. Esse grupo também desenvolveu uma ferramenta para avaliar o grau de maturidade na implementação do GSGF nos diversos países. E há um outro grupo que cuida de levar o IGIF para o domínio estatístico. E estamos realizando isso no Brasil de maneira muito prática, usando o IGIF como referência para os debates internos no IBGE.

Vale a pena mencionar a compreensão hoje presente sobre a importância da informação geoespacial dentro da Comissão de Estatística da ONU. Essa importância está incorporada e torna-se evidente em decisões e documentos dessa Comissão. Por exemplo, o documento sobre Censo de População e Domicílio cita que “as informações e tecnologias geoespaciais transformaram o planejamento, implementação e divulgação dos dados do Censo”, ou ainda, “o georreferenciamento dos dados melhorou a utilidade dos dados do Censo também para a formulação de políticas e para a tomada de decisões, assim como para a disseminação dos dados do Censo geo-qualificados” e assim por diante. E pode-se exemplificar com outros temas. No que diz respeito aos ODS, há uma decisão da Comissão de Estatística, ou seja, todos os países concordaram e vai ser encaminhado à ECOSOC para confirmação: “Reforça a necessidade do contínuo apoio técnico e financeiro para

os países em capacitação e no percurso de implementação da informação geoespacial nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. A Comissão de Estatística aprovou ainda a formação de uma equipe de trabalho do grupo de Ciência de Dados, sobre Desenvolvimento Sustentável e Localização. Esse grupo será copresidido pelo representante do grupo de especialistas em Integração de Informações Estatísticas e Geoespaciais.

É importante destacar que estamos presidindo, na pessoa do geógrafo Cayo de Oliveira Franco, Coordenador de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE, a equipe de Informação Geoespacial para a atualização do manual do Censo na rodada 2020-2030. Ou seja, estamos coordenando as novas orientações, do ponto de vista geoespacial, dos Censos 20-30.

Que tarefas estamos colocando como prioritárias em nossa gestão à frente do GGIM Américas?

Leonardo Scharth: A condição de vice-presidência é gerencial. Ela não se confunde com a posição do Brasil enquanto Estado membro (em termos das atribuições). O fato de participar do Comitê de Administração nos permite ter acesso permanente às informações e às decisões que são tomadas e conduzidas ao longo da gestão. Mas eu destacaria algumas tarefas como importantes ao longo desse período. A primeira é continuar exercendo a vice-presidência durante o mandato, manter as colideranças dos grupos de trabalho que são essenciais – o de Geodésia e da área de Desastres, por exemplo, e intensificar a participação nos demais grupos, ou seja, não apenas estar presente, mas também tentar conduzir algumas das tarefas desses grupos. Outra tarefa que considero essencial e venho tentando contribuir para isso, é disponibilizar a maior quantidade possível de documentação e informações do Comitê em língua portuguesa. Porque todo esse material está em inglês e espanhol. Se tivermos os documentos versionados para o português teremos condições de atrair mais pessoas para trabalhar e compreender a importância do que é feito no GGIM. Outra coisa que o Claudio Stenner mencionou e estou atuando nessa direção é tentar aumentar a participação das Universidades brasileiras na rede acadêmica. Eu sou professor na Universidade Federal Fluminense (UFF), e tenho muitos colegas nas áreas de Cartografia e Geografia em várias universidades e Institutos Federais do Brasil, e fiz o convite a alguns deles e vou insistir nisso, tentando a adesão do maior número de universidades, incluindo a ENCE/IBGE, que já está oficialmente convidada. A outra tarefa que me proponho é atualizar e ampliar as informações do projeto Mega. O projeto Mega é o Marco Estatístico Geoespacial das Américas. A ideia é tentar

incluir mais níveis de desagregação espacial, para que possamos ter estatísticas mais detalhadas, mais compatíveis com a realidade do território. Atualmente temos apenas os níveis nacional, estadual e municipal. Há países que possuem apenas dois níveis. Nosso esforço para esse ano de gestão é conseguir implementar mais um nível de desagregação.

Claudio Stenner: O plano de trabalho do grupo de especialistas para esse ano é aumentar a cooperação com os demais domínios da Estatística que eu mencionei anteriormente – ODS, Ciência de Dados, Censo, Estatísticas de Negócios e Comércio, Demográficas, de Saúde, Rurais e Agrícolas, Sociais e Estatísticas de Gênero. A tarefa seria produzir orientações de como integrar a informação geoespacial a esses domínios das estatísticas. Destacar quais seriam os benefícios de se integrar a informação geoespacial a esses domínios. A outra tarefa que se coloca é melhorar a coordenação regional. A relação como GGIM Américas é muito boa, mas é preciso melhorar a relação com os demais corpos do GGIM, principalmente Países Árabes, África e Ásia têm sido nosso foco. Com o GGIM Europa a relação também é boa. Isso para evitar a duplicidade de esforços. Por exemplo, ocorre um seminário na Ásia que poderia ser global e muitos países nem ficam sabendo. Há a necessidade de um trabalho maior de coordenação dos corpos regionais do GGIM.

Qual é a duração do mandato dessa gestão de vice-presidência?

Leonardo Scharth: Mesmo que tenhamos assumido no meio do mandato, a gestão será de quatro anos. Ou seja, mesmo que haja eleição para a presidência, não haverá para a vice-presidência. Cada grupo de trabalho tem um plano de trabalho anual. Por isso mencionei as tarefas para esse ano. E cabe intensificar nossa participação nos grupos de trabalho. E se surgirem novas propostas de trabalho, é importante tomarmos parte nelas também. Por exemplo, haverá um trabalho em Geo AI conduzido pelo Canadá. O Brasil já assumiu que quer participar desse grupo.

Que exemplos podemos citar de produtos do IBGE que incorporaram orientações/indicações do GGIM?

Claudio Stenner: Um exemplo bastante fácil de identificação que podemos citar é o Quadro Geográfico de Referência, para a produção e disseminação de estatísticas. O Quadro Geográfico

na verdade representa o princípio três do GSGF. E na verdade, todo o trabalho de inserção, no Censo 2022, segue a lógica do GSGF. É uma implementação do GSGF no Censo brasileiro. Então são esses dois. O Censo como aplicação da lógica e o Quadro Geográfico como produto individual.

Leonardo Scharth: Acho que também vale a pena citar que existem 14 temas fundamentais globais de dados geoespaciais. O IBGE trabalha e adquire informações em 13 desses 14 temas. O único que o IBGE não trabalha é porque não cabe constitucionalmente a ele – que é o parcelamento do solo. Outra informação que é preciso destacar é que a nossa rede geodésica é considerada uma das melhores do mundo, compatível com os padrões e as orientações do GGIM, da rede SIRGAS. E se observarmos o globo, o hemisfério sul tem muito menos informações geodésicas, até porque tem muito menos território, mas ainda assim vemos um grande vazio dessas informações. Mas a região em que o Brasil está se destaca pela grande quantidade de informações geodésicas que dispõe. Isso é muito importante porque serve como um polo de orientação nas Américas, ou seja, o Brasil provê suporte a vários países na implantação de suas redes geodésicas. E é importante ter isso em mente, porque o IBGE precisa ter muito investimento em geodésia – na aquisição de equipamentos, na manutenção da rede, que são tarefas muito árduas e estamos com uma equipe muito reduzida para o tamanho e importância dessas tarefas. Se não revertermos esse quadro, tanto de redução de pessoal quanto de desgaste e baixa manutenção de equipamentos da rede, isso tudo pode se perder. Ou seja, de que adianta termos conquistado esse protagonismo em órgãos de formulação de políticas geoespaciais na ONU, se estamos sofrendo tantos riscos em nossas redes geodésicas?

Claudio Stenner: Também devemos citar o próprio sistema que o IBGE está criando, que está totalmente construindo com base nas orientações do IGIF. Trata-se do SINGED – Sistema Integrado Nacional de Geociências Estatísticas e Dados.

Leonardo Scharth: É importante destacar que o tema dessa integração de informações estatísticas e geoespaciais é tratado com destaque pela atual presidência do IBGE. Isso ficou explicitado durante os Diálogos 1. Além disso, o presidente também atribui muita importância ao protagonismo do IBGE nessa área em fóruns internacionais. E não poderia ser diferente, sendo o Brasil o maior país da América do Sul, com a maior população e a maior economia da América Latina. Ele não pode deixar de ter esse protagonismo. Mas o exercício do protagonismo requer dedicação e

investimento. Fazer parte do GGIM e dos grupos de trabalho corrobora aquilo que o presidente do IBGE declara ser importante.

Claudio Stenner: Complementando, acho que todo esse protagonismo nos dá ao Brasil e ao IBGE, uma capacidade muito maior de interferir na agenda global e regional. Todas essas posições de que falamos aqui fazem de nós atores muito relevantes na construção da agenda ligada à informação geoespacial no mundo hoje.